

Sumário

1. Introdução	1
2. Realização dos Espaços Urbanos	11
2.1. Precedentes Históricos do Ordenamento do Território e do Urbanismo	11
2.2. Conceito de Cidade.....	16
2.3. Funções das Cidades.....	19
2.4. Importância do planejamento urbano para a justa distribuição dos encargos e benefícios sociais e econômicos do desenvolvimento	23
2.5. Tutela jurídica do meio ambiente urbano e seus reflexos para a qualidade de vida de seus cidadãos	27
2.6. As cidades no contexto do fenômeno da globalização	31
2.7. Direito à cidade: um direito de todos? Considerações sobre o pensamento de Henri Lefebvre.....	36
2.8. O papel estratégico das cidades no desenvolvimento social, econômico e ambiental do século XXI	42
2.9. A ideia de cidades sustentáveis	46
2.9.1. Restrições ao direito de propriedade no contexto da implantação de cidades sustentáveis	49
2.10. As cidades no contexto das Conferências de Meio Ambiente das Nações Unidas	53

2.11. As cidades no âmbito da Agenda 21 global.....	62
2.12. As cidades no contexto das Conferências Habitat das Nações Unidas ...	68
2.13. Função social do planejamento urbano	73
2.14. Liberdade de Locomoção no Contexto da Vida Urbana e Rural.....	77
2.14.1. A liberdade como valor supremo.....	77
2.14.2. A questão da mobilidade urbana e rural.....	78
2.14.3. Eficiência na prestação dos serviços de transportes públicos coletivos.....	79
2.14.4. Princípios jurídicos aplicáveis aos transportes públicos.....	81
2.14.4.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	82
2.14.4.2. Princípio da universalidade.....	83
2.14.4.3. Princípio da igualdade.....	84
2.15. Os Transportes Públicos e a Concretização de Direitos Fundamentais no Ambiente Urbano	87
2.15.1. Transportes públicos e o direito fundamental à liberdade....	88
2.15.2. Transportes públicos e o direito fundamental ao trabalho...88	
2.15.3. Transportes públicos e o direito fundamental à saúde	91
2.15.4. Transportes públicos e o direito fundamental à educação	93
2.15.5. Transportes públicos e o direito fundamental ao ambiente equilibrado.....	95
2.15.6. Transportes públicos e o direito fundamental à cultura, lazer e esporte.....	97

2.15.7. Transportes públicos e o direito fundamental à habitação	99
2.16. Transportes Públicos como Instrumento de Desenvolvimento Urbano e Rural.....	101
2.16.1. O planejamento dos sistemas de transportes públicos terrestres	103
2.16.2. Participação popular no processo de definição de políticas públicas de transportes públicos	108
2.16.3. Importância do zoneamento para a política dos transportes urbanos e rurais.	110
2.16.4. Cooperação intermunicipal no planejamento do transporte urbano.....	111
2.16.5. Distribuição espacial dos equipamentos e órgãos públicos....	114
2.16.6. Transportes públicos e a questão da competitividade territorial	115
2.17. Necessidade de novas centralidades metropolitanas.....	118
2.18. Transportes Públicos como Direito Fundamental no Contexto Urbano?	119
2.18.1. Conceito de direito fundamental.....	120
2.18.2. Liberdade de locomoção: direito fundamental?.....	123
2.18.3. Transportes públicos como mecanismo de inclusão social....	124
2.18.4. A questão da dignidade da pessoa humana.....	125
2.18.5. Há um direito fundamental aos transportes públicos?	127

3. O Papel do Estado na Dinâmica do Ordenamento Urbano	135
3.1. Função Social da Propriedade Urbana.....	135
3.2. Administração Pública Ordenadora	138
3.3. Dever de realizar um correto ordenamento dos espaços urbanos: este dever é fundamental?.....	141
3.4. Concretização de direitos fundamentais nos espaços urbanos.....	145
3.4.1. Breves notas sobre a teoria dos direitos fundamentais.....	146
3.4.2. Direitos Humanos x Direitos Fundamentais	151
3.4.3. Estado e Sociedade	153
3.4.4. Estado Liberal e <i>Status</i> Negativo	158
3.4.5. Dignidade da pessoa humana nos espaços urbanos.....	161
3.4.6. Estado e garantia do valor liberdade.....	164
3.5. Cooperação entre as esferas Administrativas, cidadãos e órgãos públicos com vistas a um planejamento integrado.....	166
3.6. Políticas de Ordenamento do Território e de Urbanismo	171
3.7. O Estado Social e seu papel na realização da justiça social	171
3.8. Planejamento estatal em matéria de ordenamento do território.....	173
3.9. Planejamento estatal em matéria de urbanismo	174
3.10. A relevância dos princípios da subsidiariedade e da coordenação para o ordenamento urbano e territorial	178
3.11. O Estado como Garantidor de Direitos Fundamentais	182

3.12. Integração das esferas administrativas em matéria de criação e execução de políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo.....	183
3.13. Relevância do Poder Local na definição e execução das políticas de ordenamento urbano.....	185
3.13.1 Participação popular como requisito essencial no processo de planejamento e execução das políticas de ordenamento do território e das políticas de urbanismo.....	185
3.14. Diálogo entre os princípios da igualdade e da proporcionalidade na definição e execução das políticas de ordenamento do território e de urbanismo	188
4. Um Correto Ordenamento Urbano na Perspectiva dos Direitos Fundamentais	193
4.1. Administração ordenadora.....	194
4.2. A realização dos direitos humanos nas cidades em tempos de globalização.....	194
4.4. Há um direito fundamental a um correto ordenamento urbano?	204
4.5. O planejamento para a segurança pública nas cidades em face do terrorismo	209
4.6. A questão da acessibilidade no planejamento urbano e territorial...	211
5. Precedentes e Análises Jurisprudenciais Acerca do Ordenamento Urbano e Territorial no Brasil e em Portugal	215
5.1 Jurisprudências dos Tribunais Brasileiros	215
5.1.1. Supremo Tribunal Federal	215
5.1.2. Superior Tribunal de Justiça.....	223

5.2. Jurisprudências dos Tribunais Portugueses	236
5.2.1. Tribunal Constitucional Português	236
5.2.2. Supremo Tribunal de Justiça.....	239
5.2.3. Supremo Tribunal Administrativo	242
6. O Impacto dos Princípios da Igualdade e da Proporcionalidade no Ordenamento dos Espaços Urbanos e Territoriais no Brasil e em Portugal	247
6.1. Princípio da Igualdade.....	247
6.1.1. Princípio da igualdade na realidade dos tribunais portugueses	264
6.1.2. O princípio da igualdade na realidade dos tribunais brasileiros ...	266
6.2. Princípio da Proporcionalidade.....	272
6.2.1. Proporcionalidade como medida da igualdade?	285
6.3. Relação entre os Princípios da Igualdade e da Proporcionalidade no Planejamento e Ordenamento dos Espaços Urbanos.....	287
7. Competências Administrativas e Legislativas para a Defesa de um Ambiente Urbano Equilibrado: Recorte da Realidade Brasileira	293
7.1. Considerações sobre a Federação no Brasil.....	295
7.2. Competências administrativas em matéria de proteção ao meio ambiente	297
7.3. Instrumentos de cooperação entre os entes da federação em matéria ambiental.....	302
7.4. Ações de Cooperação	305

7.5. Competências legislativas em matéria de ordenamento dos espaços urbanos	307
7.6. O papel da União no planejamento urbano: planos nacionais de urbanismo	308
7.7. O papel dos estados federados no planejamento urbano	311
7.8. O papel dos municípios no planejamento urbano e territorial.....	314
7.9. O papel do cidadão no planejamento, execução e controle das políticas públicas urbanas	320
7.10. Controle jurisdicional das políticas públicas de planejamento estatal...	327
7.11. Instituição de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos.....	329
7.12. Consórcios públicos, convênios e cooperação intergovernamental	331
8. Referências.....	339
Sítios da internet:.....	367